

Notas e informações**Uma idéia perigosa**

due pag 3

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, já formou sua primeira impressão sobre o trabalho que o espera a partir da próxima semana, quando começa a receber os relatórios finais das Comissões Temáticas: a Constituição terá 300 artigos! Por mais que s. exa. esteja contra tal despropósito, será difícil chegar à redação de projeto sintético, consubstanciando tão-somente princípios e remetendo para a legislação complementar e ordinária a regulamentação deles. Na verdade, a plethora de artigos não decorre apenas do fato de os constituintes desejarem aparecer para a posteridade como autores de tal ou qual providência salvadora da pátria; vem, com mais certeza, da insegurança em que vivem; por uma parte, os defensores do liberalismo e da livre iniciativa, e por outra os de estatização da economia diante das tendências reais do plenário da Constituinte, e da orientação do relator, deputado Cabral. Por isso, deixando de lado qualquer preocupação formal, cuida-se na Assembléia Nacional Constituinte de inscrever na futura Constituição — com o pormenor para salvaguardar a prática dos princípios — tudo aquilo que torne a Carta Magna suficientemente rígida para que a lei ordinária não transforme o espírito e a finalidade constitucionais.

É um mau caminho esse que se trilha — mau, porém denunciador da crise, em que se evidenciam a ausência de consenso em torno dos assuntos fundamentais, a falta de confiança no amanhã, o temor de que o privatista de hoje ceda amanhã à fúria estatizante, ou o que defende hoje a maior intervenção do Estado na economia seja levado pelo "rolo compressor" dos liberais. Se a crise existe, é normal que a Constituição a espelhe. Com o que é preciso nos irmos acostumando desde já a ter na futura Carta Magna uma extensa declaração de direitos sociais, um vasto rol de definições de princípios, e uma pequena margem de operacionalidade. Ora, isso fará que, a partir do instante em que a Constituição for promulgada, se abra nova fase da crise, a do descompasso da nova Constituição com a realidade.

Esse é um dos aspectos do trabalho que terá o deputado Bernardo Cabral, isto é, eliminar temores viscerais dos dois grandes grupos em que a Constituinte se acabou dividindo. Outro problema que o antigo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil terá pela frente é o da superposição de textos. Na Comissão de Ordem Econômica, o senador Severo Gomes diz qual será a maneira a ser adotada para fazer a reforma agrária; noutra comissão, a da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, o senador José Paulo Bisol, por sua vez, indica outra maneira para proceder-se à desapropriação da propriedade privada — mais radical que o senador paulista. Na mesma comissão, o senador Bisol defende a sindicalização dos funcionários públicos e o direito de eles fazerem greve; na Comissão de Ordem Social, o senador Almir Gabriel já contesta essa faculdade. Cada comissão tem o relator ao gosto de cada grupo. O grande embate, como se vê, dar-se-á no plenário.

Isso não impede ver que há idéias que podem passar de *contrabando* em meio a essa grande confusão. Uma delas é a do Conselho Nacional de Comunicação, idealizado pela deputada Christina Tavares, idéia essa derrotada em plenário da subcomissão da qual ela era relatora, e agora de novo introduzida no relatório do deputado Arthur da Távola, ex-assíduo colaborador de *O Globo*. A idéia de criação desse Conselho talvez seja das mais polêmicas entre as que estão sendo discutidas pela Assembléia Nacional Constituinte — tanto assim é que, derrotada em subcomissão, retorna no relatório do deputado fluminense, com algumas alterações, tendentes a remeter para a legislação ordinária a composição, instituição, competência e fonte de recursos desse órgão. Ele será a peça-chave de toda a política de comunicação nos próximos anos, se não decênios, pois a ele incumbirá, pelo que se inscreve no relatório em apreço, estabelecer, supervisionar e fiscalizar a política do setor de comunicações, observando a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal na conces-

são e exploração dos serviços de radiodifusão e televisão.

Se se considerar que os grupos estatizantes, para não dizer à esquerda no espectro político, têm especial interesse em criar esse Conselho, retirando do Poder Executivo, como é hoje em dia, a política de telecomunicações, ver-se-á que os objetivos que se buscam atingir nesse terreno são da maior importância para a coletividade brasileira. Possivelmente tenham razão aqueles que vêem perigos para a liberdade de informação no fato de o serviço de rádio e televisão ser concedido pelo Executivo. Tal como é hoje no Brasil, os concessionários desse serviço público correm o risco de perder as concessões dos canais de rádio e televisão se incorrerem no desagrado dos "donos do poder", ou do assessor presidencial de turno. A questão, porém, é saber quem irá compor esse Conselho, e que normas estabelecerá para o setor. O interesse do grupo a que se filiam doutrinariamente Arthur da Távola e Christina Tavares leva a supor que se pretende empalmar os meios de comunicação, estabelecendo como critério para concessão e permissão de ir ao ar ou não, em vez do silêncio sobre os atos do Executivo, o louvor a eles. Ou a crítica aos adversários dos "donos do poder".

Quando se tem presente que uma das maiores preocupações dos esquerdistas de qualquer matiz é o controle dos meios de comunicação (vejam-se os exemplos das ditaduras de Cuba e da Nicarágua), e quando se sabe que há jornalistas brasileiros que chegaram a defender, em nome da "causa", o fechamento de *La Prensa*, de Manágua, parece suspeito o interesse em criar tal Conselho Nacional de Comunicação. Por isso mesmo é que se faz mister mobilizar a opinião para que as reais intenções dos autores da proposta sejam conhecidas e reveladas. Afinal, não se deve perder de vista que a idéia desse Conselho nasceu de um congresso da Federação dos Jornalistas, em 1986, cuja declaração de princípios pouco tinha que ver com os ideais de uma imprensa falada e escrita numa democracia liberal.